

**ESTUDO****EMPREGABILIDADE E
ENSINO SUPERIOR EM
TEMPOS DE PANDEMIA****INTRODUÇÃO**

Diante do preocupante cenário mundial, o Instituto Semesp realizou este estudo para entender o comportamento do mercado de trabalho nesse momento de crise e a importância do ensino superior para manutenção dos empregos e na busca de novas oportunidades.

Os impactos da Covid-19 na economia brasileira são negativos e influenciam diretamente o mercado de trabalho, com a redução do número de vagas ofertadas pelas empresas, o aumento do desemprego, a redução da renda e da jornada de trabalho, além da suspensão de contratos de trabalho.

Dessa forma, este estudo traz dados estatísticos importantes sobre a evolução dos indicadores de empregabilidade no Brasil e como a educação superior pode oferecer vantagens competitivas para minimizar os efeitos da crise.

MERCADO DE TRABALHO

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), diante da pandemia, a economia global deve apresentar uma queda de 3% em 2020, maior recessão mundial desde 1929. Para o Brasil, a instituição prevê um cenário econômico ainda pior, com queda de 5,3%. Essa nova previsão ir afetar negativamente o mercado de trabalho.

De acordo com a segunda edição do “Monitor da OIT: Covid-19 e o Mundo do Trabalho”, divulgada no último dia 7 de abril pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), as medidas adotadas pelos países onde o confinamento (obrigatório ou recomendado) foi estabelecido para evitar o aumento do contágio pela Covid-19 já afetam 81% da força de trabalho do mundo (2,7 bilhões de trabalhadores). O estudo mostra também que essa paralização da economia pode acabar com cerca de 195 milhões de empregos em tempo integral ao redor do mundo, com a redução estimada de 6,7% nas horas de trabalho no segundo trimestre de 2020, pior cenário desde a Segunda Guerra Mundial.

Esse efeito desfavorável na empregabilidade e na renda do trabalhador se repete na América Latina e Caribe, onde a pandemia deve provocar a perda de 5,7% das horas de trabalho, o que equivale a 14 milhões de trabalhadores em tempo integral.

No Brasil, a economia já começa a sentir os efeitos da pandemia. O Sebrae aponta que os pequenos negócios serão os mais atingidos. Em um boletim divulgado em 17 de abril, a entidade mostra que 88% das 13 milhões de pequenas empresas brasileiras (que correspondem a 30% do PIB e empregam mais de 21,5 milhões de pessoas) já sofrem com queda no faturamento. No segmento

educacional, houve queda de 71% no faturamento semanal se comparado com o faturamento de uma semana normal.

Com o objetivo de assegurar os empregos formais, o Governo Federal criou o “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda”, por meio da medida provisória nº 936. Essa medida, aprovada no início do mês de abril, possibilita a suspensão temporária dos contratos de trabalho ou a redução proporcional de jornada de trabalho e salário. Maiores detalhes sobre a MP nº 936 podem ser acessados no site do Semesp (www.semesp.org.br).

Conforme divulgado pelo Ministério da Economia, no dia 20 de abril, o número de trabalhadores que tiveram jornadas e salários reduzidos ou contratos de trabalho suspensos pelos acordos firmados do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda já passava de 2,5 milhões.

O Governo Federal também disponibilizou o Auxílio Emergencial, um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados com o objetivo de fornecer proteção emergencial nesse período. O valor do benefício será de R\$ 600,00 pago por três meses, para até duas pessoas da mesma família, podendo chegar a R\$ 1.200,00 nos casos em que a mulher é a única responsável pelas despesas da casa. Segundo a Caixa Econômica Federal, até o último dia 21 de abril, já haviam sido creditados mais de R\$ 22 bilhões para 31,3 milhões de brasileiros.

A projeção sobre o número de desempregados no Brasil, realizada pelo Instituto Semesp com base em modelos econométricos, apresenta sua segunda versão atualizada com os dados do Relatório Focus, divulgado em 20 de abril pelo Banco Central.

A nova estimativa sinaliza um momento mais complicado para o mercado de trabalho devido à crise da Covid-19. De acordo com o IBGE, a taxa de desocupação (percentual de pessoas desocupadas da população economicamente

ativa) no Brasil fechou 2019 em 11%, cenário animador se comparado aos anos anteriores (ela vinha apresentando queda desde 2017). Já em 2020, esse percentual pode chegar a 16,7% nos próximos meses, o que representa cerca de 17 milhões de brasileiros desocupados.

Taxa de Desocupação no Brasil (%)

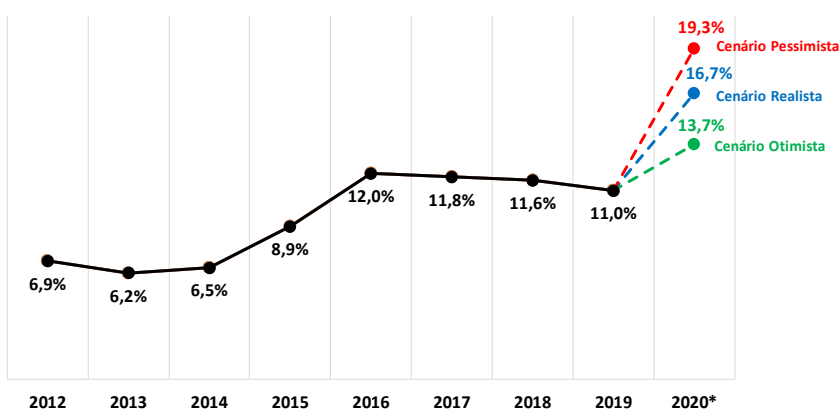


Figura 1: Taxa de Desocupação no Brasil e Projeção para 2020.
Fonte: Instituto Semesp.

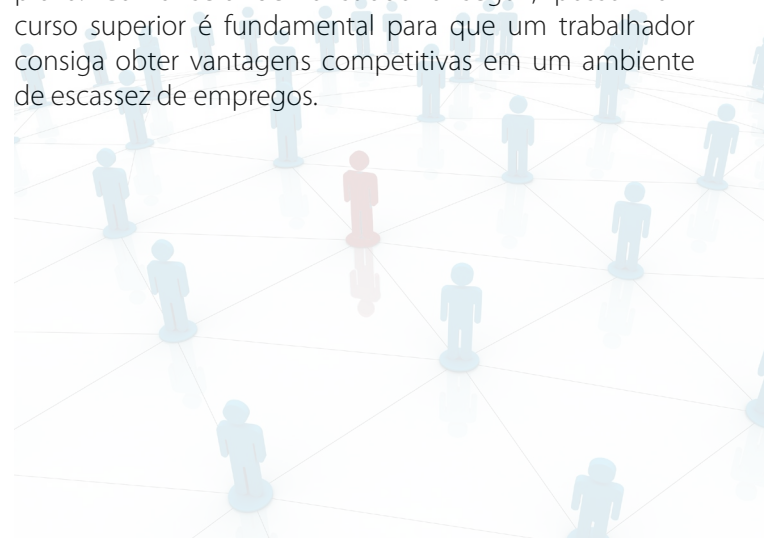
A projeção sobre perdas de empregos pode variar dependendo da evolução da pandemia e das medidas adotadas para reduzir seu impacto. Além disso, o modelo não considerou a política adotada na MP 936/2020, que pode colaborar para a manutenção do emprego de grande parte dos trabalhadores no país, nem a distribuição do auxílio emergencial para socorrer os trabalhadores informais.

Para a Educação, que representa cerca de 5,3% dos empregos ao redor do mundo (176 milhões de empregados), a OIT prevê um baixo risco de o setor ser impactado pela crise

econômica. No entanto, considerando especificamente o Ensino Superior Privado no Brasil, o cenário pode ser bem diferente.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Semesp com 186 IES mostrou aumento de 71% na taxa de inadimplência no mês de abril de 2020 quando comparado com o mesmo período no ano anterior. Além disso, quanto menor a instituição de ensino, maior o impacto: IES de pequeno porte apresentaram aumento de 79%; IES de médio porte, aumento de 63%; e as de grande porte, crescimento de 55% no número de mensalidades não pagas no vencimento. Esse crescimento na inadimplência, associado ao aumento de 11% na evasão dos estudantes, concentrada, principalmente, nos novos alunos, deve provocar, além de demissões de docentes e funcionários técnico-administrativos, redução na oferta. Essa queda, consequentemente, provocará redução na taxa de escolarização do Brasil, uma vez que as IES privadas são responsáveis por 75% do número de matrículas no ensino superior brasileiro.

Essas consequências no Ensino Superior podem ser muito prejudiciais para o país, com impactos de longo prazo. Como será demonstrado a seguir, possuir um curso superior é fundamental para que um trabalhador consiga obter vantagens competitivas em um ambiente de escassez de empregos.

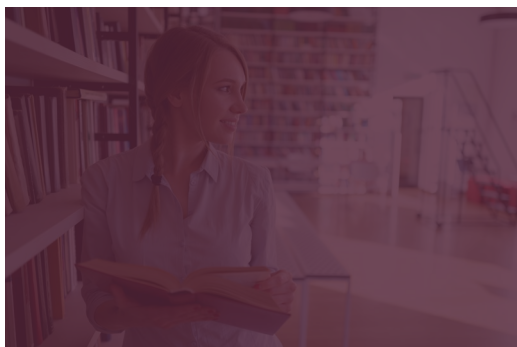


A EMPREGABILIDADE E O ENSINO SUPERIOR

Há uma estreita relação entre a educação e a empregabilidade, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, menor a chance do trabalhador ser afetado em períodos de crise no mercado de trabalho.

Para a compreensão mais clara do leitor, alguns dados provenientes da Pnad Contínua (IBGE) e da RAIS (Ministério do Trabalho) serão apresentados para demonstrar a evolução das taxas de empregabilidade no Brasil e como o peso da escolaridade afeta na ocupação das pessoas.

Desde o início da série, em 2012, a taxa de desocupação entre a população economicamente ativa com ensino superior completo é bem menor do que para aqueles que possuem apenas formação intermediária (ensino fundamental ou médio). No último trimestre de 2019, esse percentual ficou 54% menor para as pessoas que concluíram uma graduação (apenas 5,6%). Os dados da Pnad Contínua também mostram que, apesar de o nível de desemprego no Brasil ter começado a crescer entre os anos 2015 e 2016, o grupo de pessoas com nível superior completo foi o que menos perdeu o emprego.



Taxa de Desocupação (%)
Nível de Instrução - Brasil

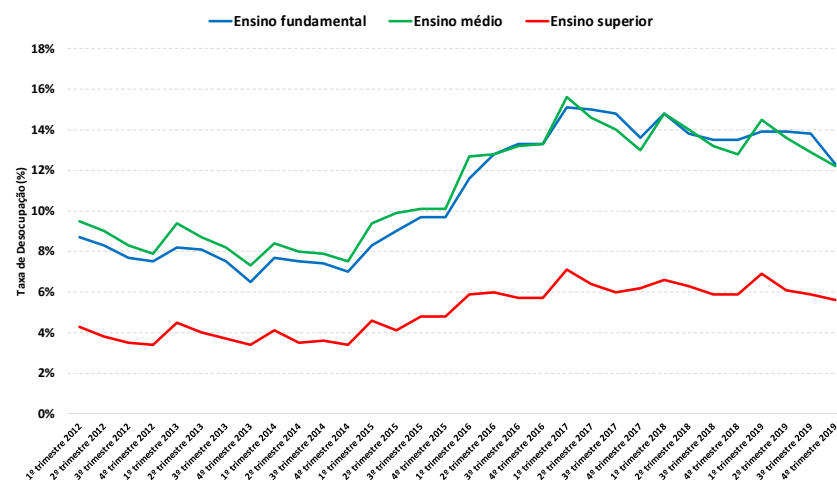


Figura 2: Taxa de Desocupação no Brasil por Nível de Escolaridade Completo.
Fonte: Instituto Semesp.

Considerando a média dos quatro trimestres do ano de 2019, a taxa de desocupação foi de 13,5% para quem tem nível fundamental, 13,3% para quem tem nível médio e 6,1% para quem tem nível superior. Ou seja, a chance de ficar desempregado é 2,20 vezes maior para as pessoas com ensino fundamental em relação às pessoas com ensino superior; e 2,17 vezes maior para as pessoas com ensino médio em relação às pessoas com ensino superior.

Em tempos de crise no mercado de trabalho, a falta de experiência faz com que os jovens sejam os mais impactados com a redução da oferta de vagas. Os dados referentes ao 4º trimestre de 2019 mostram que, entre os trabalhadores de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. Enquanto a

taxa geral ficou em 11,0%, entre os jovens esse percentual salta para 23,8%. Apesar da maior taxa de desocupação ficar entre aqueles na faixa etária de 14 a 17 anos, a legislação brasileira restringe a atuação profissional nessa idade, devendo ser exercida sob condições específicas (por

**Taxa de Desocupação (%)
Faixa Etária - Brasil**

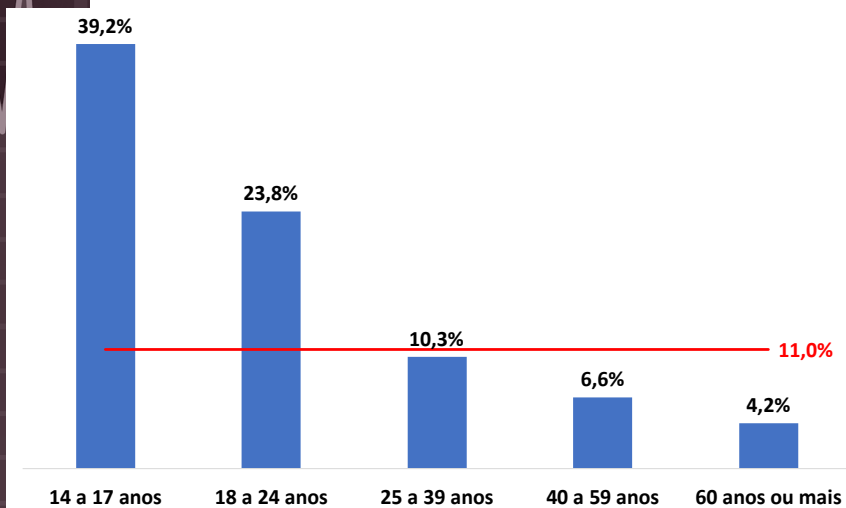


Figura 3: Taxa de Desocupação no Brasil por Faixa Etária (4º trim. 2019).
Fonte: Instituto Semesp.

exemplo, menor aprendiz). Ao considerar apenas as pessoas com idade de 24 a 30 anos, a taxa de desocupação entre a população economicamente ativa com ensino superior completo continua sendo menor (9,8%) em comparação com os demais níveis de escolaridade (no fundamental é de 15,4%

**Taxa de Desocupação das pessoas de 24 a 30 anos
Nível de Instrução - Brasil**

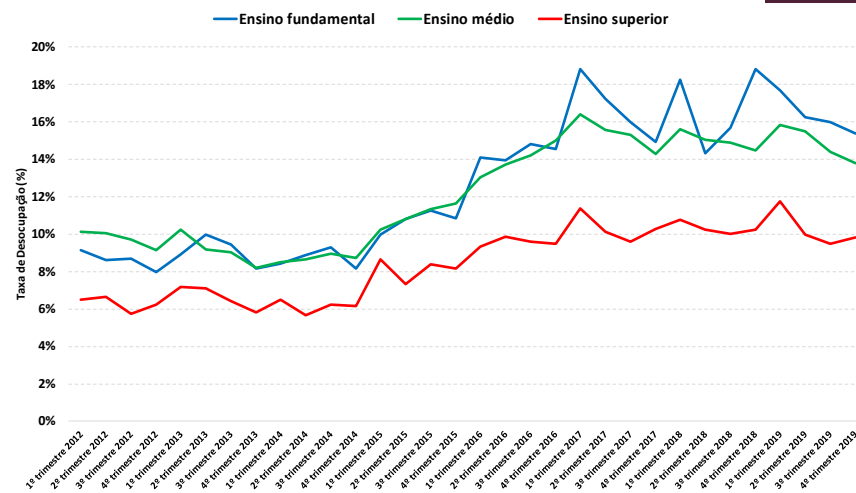


Figura 4: Taxa de Desocupação das Pessoas de 24 a 30 anos no Brasil por Nível de Escolaridade Completo.
Fonte: Instituto Semesp

e no médio, 13,8%). Olhando apenas a empregabilidade formal, segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), o Instituto Semesp estimou que o país pode perder mais de 3,3 milhões de empregos formais em 2020. No total, o Brasil possui mais de 47,1 milhões de vínculos empregatícios com carteira assinada, dos quais 22,9% possuem um curso de graduação completo, 49,5% possuem ensino médio completo e 8,2%, ensino fundamental completo.

O Instituto Semesp também projetou a empregabilidade por nível de instrução. Enquanto o número de vínculos empregatícios deve diminuir 14,7% e 5,3% para quem tem ensino fundamental e médio, respectivamente, o percentual deve cair apenas 1,3% para quem possui ensino superior completo, mantendo-se praticamente estável em

Empregos Formais no Brasil

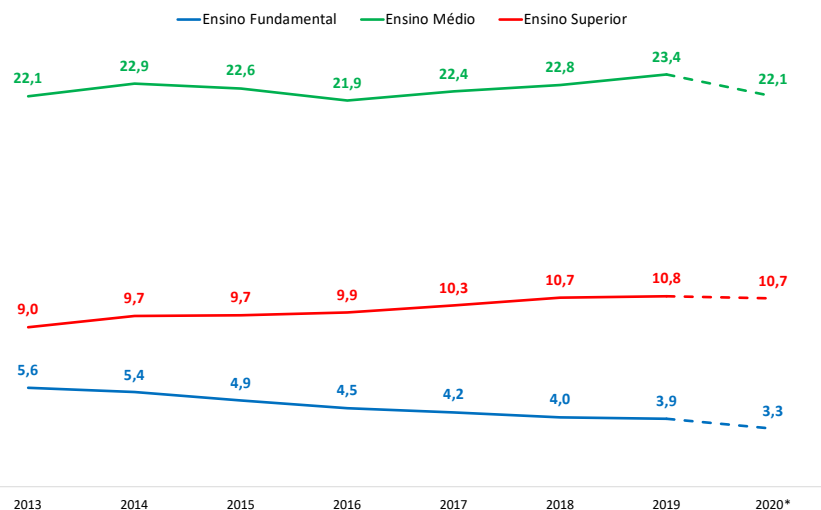


Figura 5: Empregos Formais no Brasil. Projeção para 2020.
Fonte: Instituto Semesp.

Variação na Empregabilidade no Brasil - Cenário Realista			
Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
2014	-4,3%	3,2%	7,0%
2015	-8,7%	-1,2%	0,6%
2016	-8,6%	-3,1%	1,5%
2017	-5,2%	2,3%	4,1%
2018	-6,8%	1,6%	4,5%
2019	-2,1%	2,6%	0,8%
2020*	-14,7%	-5,3%	-1,3%

Figura 6: Variação no nº de Empregos Formais no Brasil.
Projeção para 2020.
Fonte: Instituto Semesp.

10,7 milhões de postos de trabalho.

O modelo econométrico deste estudo não levou em consideração os possíveis impactos da MP 936/2020, que prevê a possibilidade de as empresas reduzirem o salário e a jornada do trabalhador em 25%, 50% ou 70% por um período de até 90 dias, ou até mesmo suspender os contratos pelo prazo de 60 dias. Segundo expectativas do próprio governo, a medida provisória deverá reduzir as demissões, previstas em 12 milhões, para 3,5 milhões.

Quanto ao Ensino Superior Privado, a expectativa em relação ao desemprego de professores e auxiliares administrativos ainda não é possível ser medida, pois depende de algumas variáveis como captação de alunos no próximo semestre, inadimplência e evasão dos alunos atuais. Em um levantamento feito com algumas instituições, observa-se a adoção da Medida Provisória nº 936 apenas para funcionários técnico-administrativos e, principalmente, para aqueles que exercem funções impossíveis de serem executadas remotamente.

CONCLUSÃO

De maneira geral, por mais que as empresas sejam obrigadas a reduzir custos e cortar vagas de empregos, elas precisam contar com profissionais qualificados como estratégia para enfrentar a crise. Infelizmente, não é difícil prever que o desemprego e a perda de renda afetarão com muito mais intensidade os trabalhadores com menor nível de escolarização.

Nesse sentido, investir na educação superior é a principal alternativa para se manter competitivo nesse cenário de crise econômica tão grave. Como atestam os dados, a chance de desemprego é quase 50% menor para as pessoas com nível superior completo em relação às pessoas com nível fundamental ou médio completos.

Conforme analisado neste estudo, possuir um curso superior traz muitos benefícios em relação à empregabilidade, sobretudo no Brasil onde a taxa de escolarização líquida é bem abaixo da desejada (17,9% contra 33%, de acordo com meta do Plano Nacional de Educação). Quando a economia vai bem, a disputa por profissionais qualificados eleva a remuneração. No entanto, em tempos de crise econômica, ter uma graduação é fundamental para minimizar os riscos do desemprego crescente, uma vez que o número ofertado de vagas pelas empresas diminui e a concorrência se torna mais acirrada.

REALIZAÇÃO

ins
titu
to

SEMESP 